PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O AGENTE TRANSFORMADOR DO SABER A PARTIR DA EDUCAÇÃO DE VALORES

Mirna Anara Siqueira Lima da Silva[1]
anara.abufslf@bol.com.br

RESUMO

A educação engloba um vasto processo contínuo de formação profissional, portanto, este artigo procura pesquisar os valores humanos que permeiam esse processo, situando as relações entre aluno/educador/escola/sociedade. O estudo teve como metodologia a análise bibliográfica enriquecida por pesquisa de campo. A forma como o educador atua é de extrema importância para a condução do processo de construção da identidade que o aluno assumirá no contexto de sua vida, portanto, a inclusão dos valores humanos no ambiente escolar, principalmente na pratica docente, é fundamental para uma melhor qualidade de vida e dos relacionamentos humanos. Neste sentido, educadores, pais e comunidade devem unir-se para transmitir uma ação coerente em valores humanos ante uma perspectiva de educação inclusiva.

Palavras-Chave: Educação Especial. Inclusão. Formação de Docente. Valores Humanos.

1 INTRODUÇÃO

A educação passa por uma crise sem precedentes na história. Os alunos estão alienados, não se concentram, não têm prazer em aprender e são ansiosos. Muitas são as discussões no sentido de atribuir culpados. Contudo, as causas principais desta situação resultam do sistema social, que estimulou de maneira assombrosa fenômenos contraditórios, que constroem e desconstroem pensamentos e valores em nosso tempo.

---

[*] Trabalho elaborado sob a orientação da Profª Andréa Hermínia de Aguiar Oliveira.
[1] Acadêmica do 8º período, Curso de Pedagogia, Faculdade São Luis de França.

Para reverter esse quadro, é necessário reformular as praticas em valores humanos, num contexto escolar permeado pela repetência, evasão, escassez de recursos financeiros e falta de motivação por parte dos professores, devido aos baixos salários e condições mínimas de recursos no campo de trabalho.

Acerca da presença dos valores humanos na educação de crianças, especialmente os voltados para o convívio com portadores de limitações fisiológicas e/ou psíquicas, tem-se observado uma espécie de esquecimento destes valores essenciais, diante das praticas desenvolvidas por um grande número de profissionais do sistema educacional, principalmente, os que estão a cargo da educação inclusiva.

Tal atuação deve ser entendida numa dimensão transformadora. Apesar de ainda predominarem ambientes dominados pelo tradicionalismo e, consequentemente, pelo racionalismo, apenas uma perspectiva da formação continuada em valores humanos pode favorecer uma ‘educação consciente’, nos moldes coerentes com a perspectiva de educação inclusiva.

Autores como Camargo e Bernadino (2009) questionam os parâmetros que orientam a educação em valores humanos, sua finalidade e importância no meio escolar. Verifica-se, uma vasta necessidade de mobilização do sistema da educacional para efetivar a inclusão social no contexto escolar, bem como de **verdadeira união** entre todos os profissionais em prol de um mesmo propósito. No Brasil e no mundo, há diversas organizações não governamentais (ONGs) engajadas nesta causa. Muitas delas são habilitadas para receber o portador de deficiência física e mental, desenvolvendo suas capacidades intelectuais e cognitivas, para torná-lo capaz de interagir e viver em sociedade.

> Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades... (DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2001, p.14)

Para tanto, torna-se necessário, que as autoridades responsáveis pela educação se mobilizem quanto à importância de preparar os profissionais e estabelecer estratégias que os façam refletir sobre uma atuação pedagógica comprometida com a inclusão social. Segundo as propostas do biólogo e suíço

Jean Piaget (1896-1980), valores são investimentos efetivos que, apesar de se apoiarem em conceitos, estão ligados a emoções, tanto positivas quanto negativas. Educar para os valores é transmitir aos filhos ou alunos ideias que realmente acreditamos, por exemplo, as que valem a pena ouvir enquanto outra pessoa estiver falando. Ou que ficar muito tempo no chuveiro pode levar a falta de água para todos. Ou ainda que cada um seja responsável por seus atos. (CAMARGO; BERNADINO, 2009)

Nos dias atuais, observa-se no interior do sistema educacional, a existência de profissionais incapacitados tanto sob a ótica da elaboração de leis, quanto da própria motivação em relação à atuação no ensino regular e, conseqüentemente, ao processo de inclusão.

Docentes despreparados para essa prática acabam esquecendo-se dos valores humanos, dos quais deviam servir-se como instrumentos na arte do ensinar para qualquer indivíduo, independente de raça, cor, ou se é portador de alguma necessidade especial. Assim, o foco desta pesquisa contribui para a investigação de aspectos relevantes quanto à importância da formação e atuação do professor sobre as questões relacionadas à educação inclusiva no contexto escolar. O vislumbre deste quadro desafiador, através de experiências pessoais dentro da educação provocou-me uma inquietação e um questionamento sobre a razão pela qual a educação que almejamos, torna-se, contraditoriamente, distante de ser alcançada, perto e ao mesmo tempo perigosa para ser praticada pelos professores.

Entretanto, ao mesmo tempo em que queremos uma educação de qualidade para todos, o que podemos notar diante da pratica escolar são poucos profissionais capazes de tomar uma atitude consciente de inovar os parâmetros propostos teoricamente pelo sistema educacional.

Desde a década de 90, as discussões sobre inclusão intensificaram-se notavelmente, a exemplo da Conferência Mundial, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, que reuniu cerca de 1500 representantes das mais diversas ONGs: UNICEF; PNUD; UNESCO e do BANCO MUNDIAL com o intuito de revisar e organizar os documentos e as emendas elaborados pelos delegados dos países, dando origem à Declaração Mundial sobre educação para todos e plano de Ação para satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. (UNICEF, 1990).

Apesar da legislação que determina e regulamenta a inclusão social, presencia-se o descaso e o despreparo dos profissionais quanto o cumprimento das determinadas leis.

> A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático. Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2001, p.20)

Buscando avaliar e entender o porquê destes fatos constrangedores e desencadeadores de uma nova postura profissional, surgiu a iniciativa de realizar este trabalho de pesquisa. A visão corajosa de talentosos educadores na busca de valorização dos portadores de necessidades especiais aliada à vontade de fazer a diferença dentro de seu meio e abraçar essa missão com seriedade, consciência e compromisso é louvável, servindo como inspiração para a presente investigação.

O professor/educador deve ser um agente motivador na educação inclusiva, sendo de suma importância o seu aperfeiçoamento e antes de tudo, o desejo de buscar o saber, aprendendo não somente pela teoria, mas também através das praticas diárias, vivenciadas no cotidiano. Para Alves (2003, p. 60), “o educador deve ter a clara noção que, a partir do momento que escolheu lidar com a educação inclusiva, ele tem que ter a plena conscientização de seu sentimento de insegurança em relação ao conteúdo a ser trabalhado com os alunos”.

Daí a necessidade de uma mudança de postura referente a juízos de valores que os profissionais da educação assumem através de uma educação voltada para conscientização de valores humanos, no sentido de haver um compromisso mais efetivo quanto ao papel de ensinar os portadores de necessidades especiais possibilitando a sua inclusão no ambiente escolar e, consequentemente, na sociedade.

Investigamos o papel do profissional da educação, quanto ao processo formativo de agente transformador do saber, a partir da educação de valores. Na busca de respostas, procuramos analisar a história da educação especial no Brasil e no mundo. Com base nos parâmetros teóricos e leis da educação especial,

objetivamos identificar propostas que resultassem no desenvolvimento dos valores humanos, confrontando-as com as praticas de ensino da escola pesquisada.

A metodologia adotada inicialmente foi a pesquisa bibliográfica com fontes diversas de materiais já elaborados, para levantamento histórico sobre a educação especial e seu principal agente motivador, o professor. Conforme Lakatos (2001), essa metodologia tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre o assunto, com o objetivo de subsidiar a análise e a manipulação das informações. Para o enriquecimento dessa pesquisa, procedeu-se a coleta de dados no campo escolar através de um questionário semi-estruturado, composto por cinco questões fechadas e cinco abertas e roteiro de observação, através dos quais analisamos a concepção de inclusão dos profissionais da educação, bem como outras variáveis pertinentes ao tema.

A pesquisa desenvolveu-se numa perspectiva exploratória, avaliando-se a concepção de ensino dos profissionais da área educacional através de um estudo reflexivo e, por sua vez, observando a estrutura escolar, quanto aos fatores que influenciam a educação inclusiva.

Para a aplicação do questionário foi solicitada autorização aos profissionais da educação, explicando aos mesmos os objetivos da pesquisa e a questão ética que envolve estudos desse tipo. Após consentimento, foi entregue aos professores o questionário com o propósito de ser respondido e devolvido no mesmo dia. Os dados colhidos foram analisados com base nas teorias estudadas a fim de subsidiar a elaboração deste artigo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Este artigo centra-se na finalidade de conscientizar os profissionais da educação, quanto aos valores humanos que são muitas vezes esquecidos no ensino de crianças portadoras de deficiências. O ser humano tem a capacidade de aprimorar sua inteligência, inclinando-se sobre si mesmo para tomar posse de seu próprio saber, avaliando sua perseverança, seus limites e seus valores. A conscientização de querer mudar algo faz do homem um ser dinâmico, à procura de relacionar-se com o mundo e consigo mesmo.

> O mundo da cultura que se alonga em mundo de historia é um mundo de liberdade, de opção, de decisão, mundo de possibilidade

> em que a decência pode ser negada, a liberdade ofendida e recusada. Por isso mesmo, a capacitação de mulheres e de homens em torno de saberes instrumentais jamais pode prescindir de sua formação ética. (FREIRE, 1996, p. 62)

Quanto à história dos deficientes, Carvalho (1997) explicita que estes não eram valorizados enquanto pessoas com capacidades, sendo discriminados e permanecendo à margem da sociedade. Na Grécia antiga, eram mantidos presos e depois mortos. Ao longo da história, foram sendo criados centros de reabilitação para pessoas com tais 'anormalidades', pois estas não poderiam participar do convívio social. Muitas vezes, por vergonha em ter parentes com deficiências, os ditos 'normais' acabavam aceitando colocá-los em determinados centros de reabilitação.

Conforme a autora, as instituições tinham o intuito de afastá-los do meio social e como eles tinham uma atitude muito agressiva, os tratavam à base de remédios fortíssimos para se acalmarem. Por conta, disso muitas vezes morriam. Assim, as instituições foram implantadas no Brasil por liberais que observavam o tratamento deplorável concedido aos ditos "anormais", no contexto familiar e social. Sendo assim, motivados pela necessidade de modificar as praticas sociais, criaram leis que influenciaram o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação (PNE) enquanto proposta que passa a considerar as diferenças educacionais.

Faltavam muitos recursos materiais e humanos como até hoje, pois não se pode deixar de lado quem nasceu com anomalias congênitas ou outros distúrbios de ordem psicossocial. A educação especial surge numa nova perspectiva frente aos avanços mundiais, que influenciaram a reforma do sistema educacional, para formar mão-de-obra capaz de ultrapassar as barreiras de competitividade, e assim, intervir para o desenvolvimento econômico, político e social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, ao reconhecer a Educação Especial como modalidade de ensino que permeia todos os níveis escolares, deixa claro que não há, nos sistemas de ensino, tipos separados de educação. Sendo assim, os estudos sobre a educação das diferenças individuais e das necessidades especiais surgem numa maneira científica e clínica de conhecer e explicar aos profissionais, as diferenças que cada educando possui diante da aprendizagem. Para tanto, é necessário, que o educador e demais integrantes do sistema educacional assumam uma visão

humilde e comprometida, para que possam enxergar os seus próprios limites e possibilidades, trabalhando conjuntamente pela integração do ensino.

Segundo o Artigo 9 desta LDB,

> Os educadores e outros profissionais responsáveis pelos programas educacionais, culturais e de informações devem também ser qualificados para lidar com as situações e necessidades específicas das pessoas com deficiência. O treinamento destes profissionais deve, em conseqüência, levar estes requisitos em consideração e ser regularmente atualizados.

Na análise de Inque (1999), os profissionais conscientes são aqueles que procuram ver além de uma simples dificuldade de aprendizado para buscar desvendar os mistérios e aventurar-se no conhecimento, tornando a profissão de ensinar uma arte. A busca de sentir e praticar o essencial na educação deve ser capaz de renovar os traços enraizados, deixados pela educação tradicional.

Alguns educadores até tentam se libertar desses hábitos passados, mas por insegurança e medo de enfrentar o desconhecido, frustram-se no meio do caminho. A educação inclusiva está longe de ser uma educação de qualidade sem a devida preparação e organização do ensino, principalmente, sem conscientizar todos os profissionais da área quanto o seu papel de educar e permitir-se ser educado a partir dos valores humanos, que proporcionam uma estrutura firme e sólida para a educação. O profissional deve

> conhecer ou procurar se aprofundar na vida pessoal, no ambiente familiar destes indivíduos para que possa planejar as tarefas de ensinar, com mais profundidade e atenção, só assim irá ocorrer a transformação, por menor que seja. Para que haja esta transformação se faz necessário que o educador tenha uma boa formação e procure sempre estudar e pesquisar para melhorá-la. (ALVES, 2003, p. 59-60)

As escolas inclusivas devem desenvolver o respeito às leis estabelecidas no país, reconhecendo e respondendo às diversas dificuldades de todos os alunos, procurando acomodar os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, afirmando e fornecendo uma educação de qualidade para todos, utilizando-se de currículos reformados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, recursos e parcerias com a comunidade.

> A implantação da educação inclusiva no ensino regular depende não só da boa vontade da sociedade civil, mas também da política de nossos governantes. E, na esfera política, tem-se visto, por várias vezes, que projetos são interrompidos, sem uma reflexão

> crítica sobre os mesmos, em decorrência das mudanças no governo. Não se pode esquecer que melhorar o nível de ensino é um esforço que, às vezes, demora décadas, requer treinamento contínuo de professores e o envolvimento das famílias e da comunidade conjuntamente com todo o sistema educacional, além de assegurar mudanças curriculares que devem ser feitas de forma processual, responsável e devem estar sempre muito bem fundamentadas. (MAZZOTTA, 1993, p. 15-17)

Buscando-se, dessa forma o aprimoramento de qualidade do ensino, ao construir um sistema educacional multicultural, voltado para o desenvolvimento integral de todos os alunos, independente das suas características individuais. Daí à importância fundamental que todo ser humano revise e analise suas atitudes, valores e princípios éticos e morais, especialmente os profissionais da educação cuja atuação acaba por estabelecer maneiras de agir, regras e normas comportamentais, a partir do que é tido como certo ou errado. Por isso, deve-se contribuir para uma educação de qualidade, promovendo o exercício da responsabilidade, da autonomia e da liberdade por parte dos educandos.

Analisando aspectos sociais da educação no decorrer dos anos, Carvalho (2003) considera que a educação formal vem enfrentando muitos desafios, diante de um mundo cada vez mais globalizado. A educação especial tanto quanto a educação regular tem caminhado, historicamente, no sentido de garantir o seu papel no processo de transformação da sociedade. Porém, como poderá ser transformada se pessoas especializadas e capacitadas em atender não buscam fazer por onde atingir bons resultados na pratica? A educação formal ou regular foi influenciada pelos ideais liberais da Escola Nova que surge nos Estados Unidos e na Europa, com o chamado “Otimismo pedagógico”, dando origem a propostas de melhorias nas condições didáticas e pedagógicas da rede escolar de ensino, o que influi diretamente no papel do profissional da educação como principal agente transformador do saber.

Modernas filosofias educacionais e diferentes métodos pedagógicos surgiram para desenvolver praticas de ensino por uma escola ativa, cujo propósito é dar ao aluno condições de enfrentar um mundo com problemas cada vez mais complexos.

Muitos movimentos contribuíram para que os países membros de convenções e conferências internacionais redefinissem diretrizes políticas de educação inclusiva. A partir do final do século XX, o Brasil procura renovar na

política educacional uma perspectiva de inclusão das minorias, lançando no âmbito da educação especial, o documento: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução 02/2001 do Conselho Nacional de Educação).

3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

A Escola Estadual Lourival Baptista, instituição-alvo dessa pesquisa, situa-se na AV. São João Baptista no conjunto Castelo Branco I - bairro Jabotiana. Atendendo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, em cada turno. Funciona de segunda à sexta, das 8:00h da manhã até às 17:30h da tarde. Possui um total de 235 alunos, subdivididos em 128 alunos no turno da manhã e 107 no período da tarde.

O quadro de funcionários é formado por uma equipe escolar composta por: diretor, coordenador, secretaria, duas pedagogas, onze professores (manhã e tarde) e um de informática, três auxiliares administrativos, dois cozinheiros que executam serviços básicos e três vigilantes.

O espaço físico é composto por: cozinha, pátio, área de recreação, dois banheiros para alunos(feminino e masculino), secretaria com banheiro, cinco salas de aula, sala de informática, sala que funciona ao mesmo tempo como biblioteca, coordenação, sala de leitura, e de professores.

A coordenação exerce o controle do processo de planejamento dos professores. A metodologia adotada para o 1º e 2º ano é o projeto *Alfa e Beto*; nas outras séries –3º, 4º e 5º anos– trabalha-se com projetos de datas comemorativas.

Como recursos materiais para o ensino são disponibilizados: livros didáticos, quadro-negro e branco, televisão e DVD. Para a comunicação, existem pelo menos quatro quadros de avisos, sendo que dois localizam-se na entrada da escola, outro no pátio e um dentro da secretaria, contendo informações sobre o calendário escolar anual, o manual do PDE e atividades da semana para os respectivos funcionários e professores, sob a responsabilidade da coordenadora pedagógica. O espaço físico é pequeno e bem organizado. No período observado, as relações humanas demonstraram ser bem integrativas.

A diretora é simpática, cordial e aparentemente ela passou uma postura firme em relação à liderança. Mas procura tomar decisões coletivamente, abraçando a gestão democrática, pois não se constrói uma boa estrutura sem um planejamento participativo, que conte com o envolvimento dos segmentos representativos da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão, como na definição de metas e estratégias de ação.

4 ANÁLISE DE DADOS

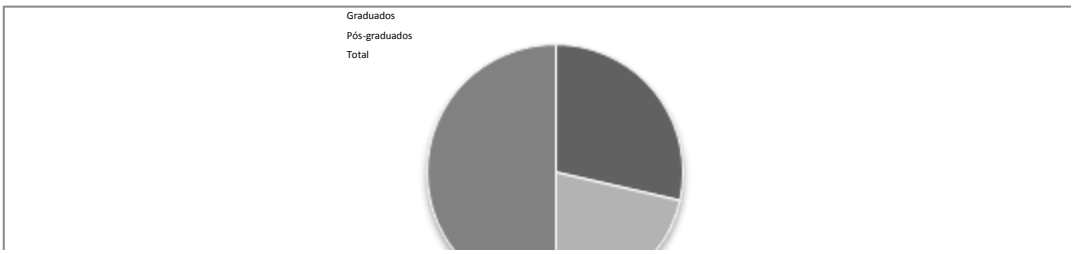
A pesquisa feita com professores de uma escola pública do ensino regular na cidade de Aracaju, aponta para respostas diferenciadas entre os profissionais entrevistados, que tem concepções semelhantes e contrárias, quanto à educação inclusiva e/ou especial com relação aos valores humanos.

4.1 Perfil dos professores pesquisados

A aplicação do questionário foi feita com sete professores da Escola Estadual Lourival Baptista, sendo 57% graduados e 43% pós-graduados, conforme segue:

Tabela 1. FORMAÇÃO ACADÊMICA

FORMAÇÃO ACADÊMICA	QUANTIDADE	VALOR PERCENTUAL
Graduados	04	57%
Pós-graduados	03	43%
Total	07	100%



57% dos entrevistados afirmaram que estão atuando em sala de aula e, consequentemente, possuem acima de 10 anos na rede pública e 28% afirmaram que possuem até 5 anos de atuação. A experiência é uma característica importante para saber como educar, com autonomia e segurança no planejamento de ensino. Porém, o que vemos são profissionais querendo logo sua aposentadoria por tempo de serviço, estão cansados e desmotivados pela grande quantidade de alunos, superlotando as escolas e salários baixíssimos.

Tabela 2. TEMPO DE ATUAÇÃO

TEMPO DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR PERCENTUAL
Até 05 anos	02	28%
Entre 05 a 10 anos	01	15%
Acima de 10 anos	04	57%
Total	07	100%

Ao serem perguntados se em sua formação continuada, os professores receberam conhecimentos específicos sobre Educação Inclusiva, 71% responderam que não, conforme explicitado em tabela e gráfico a seguir:

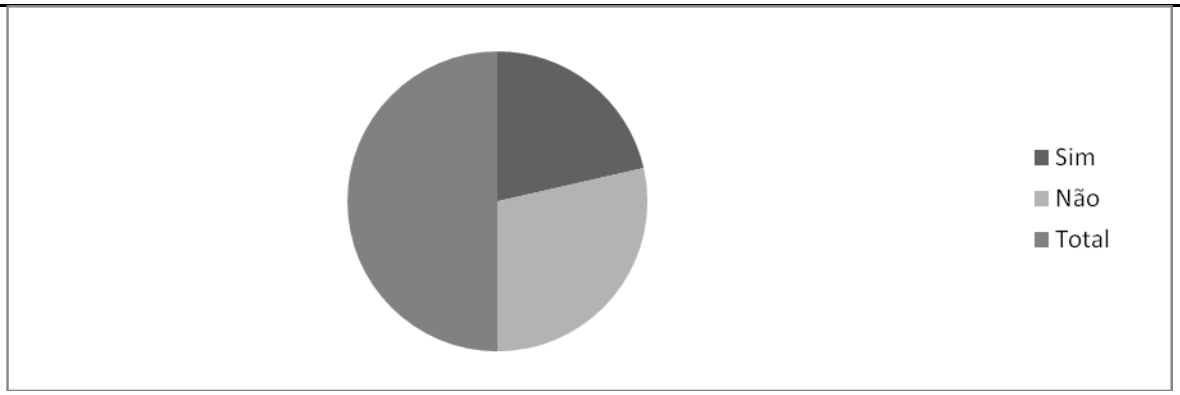
Tabela 3. FORMAÇÃO ESPECÍFICA

FORMAÇÃO ESPECÍFICA	QUANTIDADE	VALOR PERCENTUAL
Sim	02	29%
Não	05	71%
Total	07	100%

57% dos entrevistados afirmaram nunca ter tido experiência com criança especial. Já 42% dos professores que ensinaram crianças especiais revelaram ser uma experiência trabalhosa, devido às dificuldades em relação à escassez de recursos e de capacitação específica. Contudo, analisam que a educação inclusiva pode tornar-se proveitosa e gratificante quando se tem apoio dos pais, dos profissionais ligados às diversas áreas, da escola e da comunidade. Todos trabalhando juntos com projetos e atividades bem estruturados.

Tabela 4. EXPERIÊNCIA DOS PROFESSORES COM CRIANÇA ESPECIAL

EXPERIÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR PERCENTUAL
Sim	03	43%
Não	04	57%
Total	07	100%



4.2 A Educação Inclusiva sob a ótica dos pesquisados

A maioria dos entrevistados concebe a educação inclusiva como um meio de integração entre comunidade e escola, defendendo a necessidade de capacitação dos profissionais para o trabalho em prol do desenvolvimento da criança, deficiente ou não. Esse trabalho deve estar intrinsecamente ligado à instituição de ensino, à adequação da estrutura física e inovação das práticas pedagógicas, de acordo com os parâmetros e leis da educação.

Alguns entrevistados afirmaram que o sistema educacional é despreparado e desmotiva aos profissionais em geral. Outros afirmam que a inclusão é um caminho árduo, que requer do professor uma formação qualificada e da instituição, além de uma estrutura física, pedagógica de materiais, o real compromisso com esse processo.

Foi perguntado aos professores como é trabalhada a educação inclusiva na escola, sendo respondido que se deve aceitar o aluno especial, fazendo a matrícula dele e todos os profissionais da área devem trabalhar juntos na integração desse aluno diante do novo ambiente. No entanto, alguns desconhecem se há algum tipo de metodologia adotada pela instituição nesse sentido.

O desinteresse de buscar o novo, dificuldades em assumir o ensino sem nenhum recurso material, deficiência no ato de ensinar são aspectos evidenciados em alguns dos questionários respondidos. Estes entrevistados pontuam que o esforço de ensinar, intrinsecamente ligado ao aperfeiçoamento e auxilio ofertado ao professor pelo sistema educacional, será de grande valia para a integração do aluno no contexto social.

Segundo os entrevistados, as maiores dificuldades enfrentadas na área da educação inclusiva para a obtenção de uma boa pratica pedagógica, são: a falta de capacitação continuada através de treinamentos específicos, o tempo e a grande quantidade de alunos, fatores que interferem na amplitude da verdadeira inclusão.

Um dos entrevistados afirmou ser necessária “a adequação da escola para as necessidades apresentadas”. Completou que a mesma necessita de uma estruturação na parte física, recursos didáticos, profissionais de apoio para que ocorra o acompanhamento no processo de encaminhamento ante o psicólogo, pedagogo e outros profissionais ligados à área.

A Declaração de Salamanca de 1994 diz que para as escolas serem realmente inclusivas é preciso inovar antes as políticas publicas baseadas na escola:

> As escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades, é preciso, portanto, um conjunto de apoio de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Foi perguntado se tem sido possível trabalhar os valores humanos junto aos alunos através de propostas, atividades ou projetos. Quanto a esta questão, alguns entrevistados frisaram que estes são trabalhados na escola de forma que se possa concretizar uma educação verdadeiramente inclusiva, através de atividades que evidenciam a integração da convivência com os deficientes. Outras respostas relatam que alguns profissionais até se esforçam, mas acabam não dando firmeza ao processo.

Quando foi perguntado se existia algum centro de apoio ao portador de deficiência, foi apresentado em uma das questões que há um centro de apoio, o CREESE que avalia, atribui atividades diferenciadas em turno oposto ao da aula, oferecendo acompanhamento psicológico. Por parte de alguns pesquisados, verificou-se certa falta de informação acerca da instituição em que trabalham. Outros alegaram que há pouco espaço físico para atender aos portadores de deficiência e que falta uma boa equipe pedagógica.

Ficou explícita na maioria das respostas que a socialização entre pais, comunidade, a escola e o auxilio através de técnicos qualificados em psicopedagogia, dentre outras áreas, de acordo com as necessidades apresentadas, são de suma importância para a formação da criança. Em um dos questionários, o entrevistado analisa que a escola tem o papel de motivar todos a fazerem parte da comunidade escolar e local, para que aconteça um bom relacionamento com a sociedade, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos os seres humanos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos, pesquisas e vivências em relação ao tema, no decorrer do curso de Pedagogia, foi possível vislumbrar a importância de termos em mente que as transformações não ocorrem de um dia para o outro, mas se constituem num processo contínuo de aperfeiçoamento de si mesmo, que se expande coletivamente rumo a uma nova educação em valores.

> No ato mesmo de responder aos desafios que lhe apresenta seu contexto de vida, o homem se cria, se realiza como sujeito, porque esta resposta exige dele reflexão, crítica, invenção, eleição, decisão, organização, ação,... Todas essas coisas pelas quais se cria a pessoa é [sic!] que fazem dela um ser não somente adaptado à realidade e aos outros, mas integrado. (FREIRE 1980, p.15)

A conscientização dos profissionais da educação inclusiva é uma experiência que dura a vida inteira; portanto, precisamos ser pacientes com os outros e com nós mesmos. Todos nós enfrentamos e/ou enfrentaremos desafios e decepções pelo caminho. Mas, se confiarmos no potencial que temos em mudar, florescerá uma atitude de valorização e, assim teremos qualidades de caráter que irradiarão para todo o nosso processo de educação continuada, motivando-nos a nos transformarmos em profissionais comprometidos com a inclusão social, verdadeiros agentes transformadores do saber a partir da educação de valores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Fátima. **Inclusão:** Muitos Olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, Ed. wak. 2003.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências**. Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC; SEESP, 2001. 79 p.

CAMARGO, Paulo; BERNARDINO, Juliana. **A Moral da História**: 10 respostas para ajudar na formação de crianças e adolescentes (Ed. Web). S/L: Editor Abril, 2009. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/formacao-valores-413152.shtml>. Acesso em: 21 Maio 2010.

EDLER, Rosita Carvalho. **A nova LDB e a Educação especial**. Rio de Janeiro. WVA, 1997.

_____. **Temas em Educação Especial**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro, WVA, 2003.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo, Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Pratica Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INOUE, Ana Amélia. Et al. **Temas Transversais e Educação em Valores Humanos**. São Paulo. Editora Peirópolis, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINELLI, Marilu. **Aulas de transformação:** O Programa de Educação em Valores. 9ª. Ed. São Paulo: Peirópolis, 1996, p. 141.